

O FLORESCER DO ESPERANÇAR DA MILITÂNCIA: O COMITÊ DONA ZIZI NA VIDA DE MULHERES RURAIS DO MATO GRANDE – RN*

THE BLOSSOMING OF MILITANCY'S HOPE: THE DONA ZIZI COMMITTEE IN THE LIFE OF RURAL WOMEN FROM MATO GRANDE - RN

O FLORESCER DO ESPERANÇAR DA MILITANCIA: O COMITÊ DONA ZIZI NA VIDA DE MULHERES RURAIS DO MATO GRANDE – RN

 10.5935/2177-6644.20230011

Jeam Claude de Souza Gomes **

 <https://orcid.org/0000-0003-0056-7077>

Winifred Knox ***

 <https://orcid.org/0000-0002-4415-6213>

Pedro Henrique Bezerra Farias ****

 <https://orcid.org/0000-0002-8533-4362>

Resumo: Este estudo tem como enfoque sujeitos sociais que foram suprimidos da produção de conhecimento e atuação política sistematicamente junto ao FOMAG (Fórum colegiado dos municípios dos Territórios da Cidadania) do TC do Mato Grande/ RN e que graças à luta pela constituição do comitê Dona Zizi, constroem instrumentos alternativos para uma política mais inclusiva para e com as mulheres em um campo de forças mais adequado à participação e interesses destas. Refletindo como a militância do feminismo de base rural comunitária pode trazer à cena política mulheres invisibilizadas em seus direitos. Além de contribuir com o debate teórico científico sobre a importância das políticas de abordagem territorial para o rural, frente aos retrocessos dos últimos quatro anos. Conclui-se pela importância do espaço criado e pelas estratégias aprendidas coletivamente que as empoderam.

Palavras-Chave: Política de Abordagem Territorial. Mulheres rurais. Questões de Gênero.

Abstract: This study focuses on social subjects who were systematically suppressed from the production of knowledge and political action with the FOMAG (Collegiate Forum of the Municipalities of Territories of Citizenship) of the TC of Mato Grande/RN and that, thanks to the struggle for the constitution of the Dona Zizi committee, build alternative instruments for a more inclusive policy for women in a field of forces more suited to their participation and interests. Reflecting on how the militancy of community-based rural feminism can bring women who are made invisible in their rights to the political scene. In addition to contributing to the scientific theoretical debate on the importance of territorial approach policies for rural areas, in view of the setbacks of the last four years. It is concluded by the importance of the space created and by the collectively learned strategies that empower them.

Key-words: Territorial Approach Policy. Rural women. Gender Issues.

Resumen: Este estudio se enfoca en sujetos sociales que fueron sistemáticamente reprimidos de la producción de conocimiento y de la acción política con el FOMAG (Foro Colegiado de los Municipios de los Territorios de la Ciudadanía) del TC de Mato Grande/RN y que, gracias a la lucha por la constitución del comité Doña Zizi, construir instrumentos alternativos para una política más inclusiva de las mujeres en un campo de fuerzas más adecuado a su participación e intereses. Reflexionar sobre cómo la militancia del feminismo rural comunitario puede llevar a la escena política a mujeres invisibilizadas en sus derechos. Además de contribuir al debate teórico científico sobre la importancia de las políticas de enfoque territorial para las zonas rurales, ante los retrocesos de los últimos cuatro años. Se concluye por la importancia del espacio creado y por las estrategias aprendidas colectivamente que los empoderan.

Palabras-clave: Política de Enfoque Territorial. Mujeres rurales. Cuestiones de género.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Doutorando em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  <http://lattes.cnpq.br/2712108293311048> - E-mail: jeagomes50@gmail.com.

**** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Adjunta do Departamento de Políticas Públicas e do Programa de Estudos Urbanos e Regionais, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).  <http://lattes.cnpq.br/2625258486157658> - E-mail: wifred.knox@ufrn.br.

**** Mestrando em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  <http://lattes.cnpq.br/8947670841188083> - E-mail: pedro.farias.016@ufrn.edu.br

Introdução

O artigo *O florescer do esperar da militância: o comitê dona Zizi na vida de mulheres rurais do Mato Grande – RN*, foi desenvolvido no intuito de apresentar reflexões e resultados da nossa pesquisa de mestrado no programa de pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), inerente à área de concentração de dinâmicas urbanas e regionais, inserida na linha de pesquisa espaços rurais e dinâmicas territoriais. A pesquisa traça um diálogo sobre a importância das políticas de abordagem territorial participativa, instituídas durante a governança do Partido dos Trabalhadores (PT), voltadas para a redução das desigualdades sociais que assolavam o território rural brasileiro. Onde essas, além de grande relevância para redução das desigualdades de gênero, foram um contributo para o empoderamento de muitas mulheres camponesas, legitimando suas lutas por meio de inúmeras conquistas.

A vista disso, o estudo trará para o campo teórico-metodológico a importância de políticas de abordagem territorial, na perspectiva da construção de trajetórias femininas participativas no âmbito do rural e o seu protagonismo na organização coletiva de mulheres rurais em espaços públicos com demandas masculinizadas, tomando como *locus* o *Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande* (FOMAG), um dos 8 territórios da Cidadania no Rio Grande do Norte, instituído por meio do *Programa Territórios da Cidadania* no ano de 2014. A metodologia da pesquisa acompanhou a trajetória de 10 participantes do Comitê Temático Dona Zizi, articulado por lideranças femininas, a partir das suas autonarrativas, coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade, bem como da análise documental das atas registradas em plenárias.

O comitê foi nomeado de Dona Zizi, como homenagem e exaltação à uma senhora, mulher rural, apicultora e artesã, já falecida, nascida na cidade de Araruna na Paraíba, entretanto residente da comunidade de Lagoa dos Negros, no município de João Câmara - RN, região do semiárido potiguar. Dona Zizi era envolvida com as lutas femininas do território, e participava ativamente nas feiras agroecológicas do Mato Grande, das atividades da Articulação no *Semiárido Brasileiro* (ASA), das associações e fóruns locais, colaborando para o desenvolvimento social e econômico do território.

Posto isto, para pensarmos a trajetória da mulher rural brasileira, precisamos enfatizar que apesar das inúmeras conquistas no campo dos direitos humanos, muitas mulheres ainda lutam pela efetivação de políticas sociais que possam extinguir as desigualdades de gênero que prevalecem em

nossa sociedade, principalmente com a avalanche conservadora, que vem se instalando nos últimos anos corroborando para uma série de retrocessos nas políticas públicas. No Brasil, esse cenário agravou-se a partir dos anos de 2016 com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, culminando na fortificação de movimentos conservadores radicais de “direita”, opositores ao que eles denominam de “ideologia de gênero”, a partir da disseminação de pautas moralistas e de discursos conservadores, com infundáveis retrocessos nas políticas públicas, principalmente destinadas às mulheres e minorias de gênero, marcados por um aumento na correlação de forças políticas do centro para a direita.

No primeiro ano de criação do MDA, a secretaria de políticas para as mulheres (SPM), criada em 2003, no governo Lula, funcionava como importante instrumento na promoção da igualdade de gênero e contra todas as formas de preconceitos e violência herdadas por uma cultura patriarcal excludente. Além de desenvolver programas e ações nas áreas de saúde, educação, cultura, participação política, igualdade e diversidade de gênero, as atividades destes dois ministérios visavam políticas trabalhistas e a melhoria da autonomia econômica, o combate à violência contra a mulher, como também estabeleceu órgãos especializados de assessoria às camponesas, da floresta e da água, estabelecendo um diálogo entre as políticas públicas para mulheres e a realidade do campo.

Além da secretaria de políticas voltadas ao público feminino, foi no MDA, por meio da *Diretoria de Políticas para a Mulher Rural e Quilombolas* (DPMRQ), que a camponesa foi reconhecida como trabalhadora e sujeito de direitos, passando a ser incluída de forma específica nas políticas públicas. Desde a formulação de políticas e implementação de ações sensíveis ao gênero, observando as relações étnico-raciais e intergeracionais, e realizando diferentes ações em áreas rurais, objetivou-se a contribuição para a construção de um ambiente rural mais igualitário e equitativo.

Essas instituições legitimam uma série de políticas e programas que possibilitaram à mulher do campo o acesso à documentação, apoio à produção e comercialização, reconhecendo seu trabalho, criando condições para a educação e a capacitação das trabalhadoras rurais, incentivando e ampliando sua participação. Além disso, pode-se destacar a implementação de *Assistência Técnica Específica e Extensão Rural* (ATER), numa perspectiva de autonomia política, igualdade de direitos à terra. É sobre uma dessas políticas que nos debruçamos neste artigo, enfocando a participação de sujeitas femininas do FOMAG deste Território da Cidadania em questão.

Na sequência deste artigo, além desta introdução, da metodologia e das considerações finais, demonstraremos em mais três seções: uma breve apresentação sobre Políticas de Desenvolvimento com abordagem territorial rural no contexto do debate de gênero na seção de descrição e, por fim, a análise do Comitê Dona Zizi. Assim, o presente estudo propõe investigar o protagonismo das mulheres no TC Mato Grande, enfocando no caráter emancipatório do Comitê Dona Zizi, onde elas podem florescer, ter voz, e serem sujeitas de direitos.

Metodologia

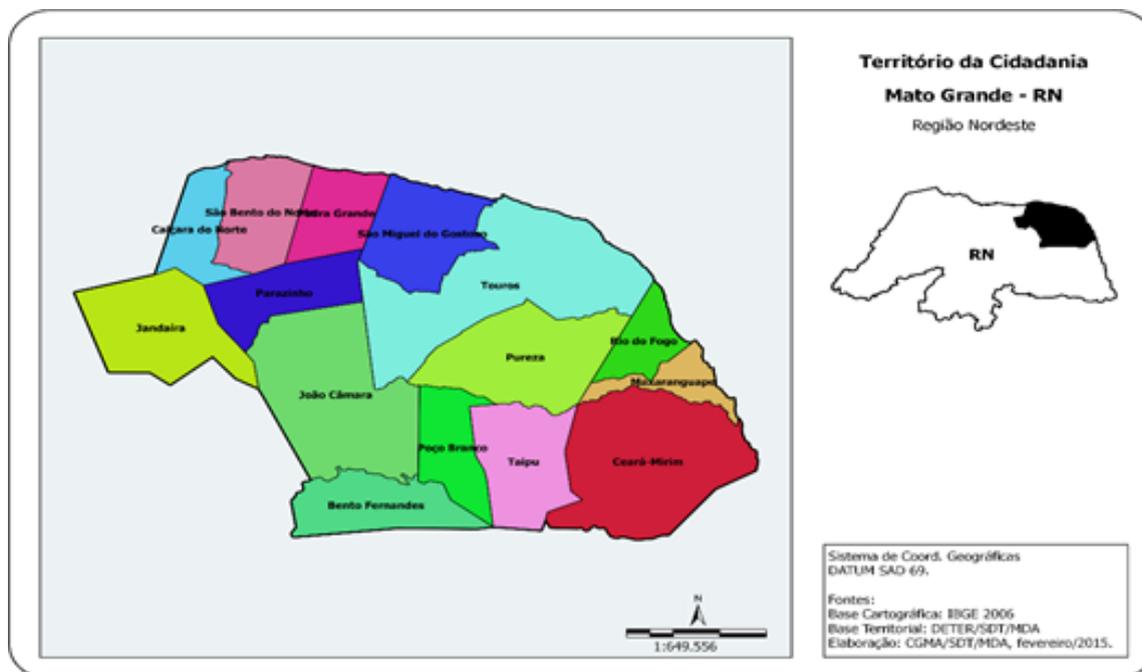
Caracterização da área de estudo - afinal, o que é o território da cidadania do Mato Grande?

Nosso estudo foi realizado na região do Estado do Rio Grande do Norte, conhecida como Território rural e da cidadania do Mato Grande¹, este localizado a noroeste da capital do Rio Grande do Norte, na mesorregião do Mato Grande, sendo um dos dez territórios rurais do estado, e foi identificado:

[...] e concebido enquanto espaço para ser priorizado pela intervenção da SDT ainda em 2003 no âmbito do PRONAT, que estabelecia, a partir de critérios supracitados, os territórios de identidade rural. Este programa era responsável na época pela gestão dos recursos da linha de financiamento focada em infraestruturas e serviços, PROINF do PRONAF (ANJOS, 2016, p. 59).

Com relação a composição de municípios, este Território é formado por 16 municípios, a saber: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros, conforme ilustra o mapa 01 a seguir.

¹ Para a configuração desses territórios, alguns aspectos técnicos foram importantes. Primeiro foi levado em conta os territórios que tivessem os menores IDHs; em seguida, foram avaliados quais deles tinham a maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da Reforma Agrária e maior concentração de populações quilombolas e indígenas; depois, foram considerados os territórios com maior número de beneficiários do bolsa família e que possuísem o maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, com maior organização social e pelo menos um território por estado da federação. No primeiro ano do programa, foi traçada uma meta que atendia cerca de 60 territórios, sendo que, em 2010, esse número dobraria (BRASIL, 2008).

Mapa 01 - Mapa de localização do Território do Mato Grande - RN

Fonte: Vaz et.al, 2017.

A população do território é estimada em 224.107 habitantes², segundo dados do último censo demográfico do IBGE (2010), em que desse total 109.589 residem em zona urbana contra 114.518 em zona rural. Com relação ao IDH, no último censo registrou a marca de 0,625, sendo um dos mais baixos do estado. Já os indicadores de renda, indicam uma per capita de R\$ 76,15/mês, e a concentração de renda de acordo com o Índice de Gini é 0,58, segundo o relatório de desenvolvimento econômico territorial Mato Grande, do SEBRAE - RN. Destacando a formação histórica do Mato Grande, Moreira *et.al* (2017, p. 78) destaca que:

[...] a formação deste território foi marcada pela existência de latifúndios produtores de cana-de-açúcar e, mesmo com o declínio desta cultura, a grande propriedade se manteve como forma dominante de posse. Somente nos últimos 15 anos, com o estabelecimento dos assentamentos de reforma agrária na região, é que esse quadro começou a mudar. Contudo, as relações clientelísticas e de mandonismo típicas da grande propriedade constituem ainda traços marcantes das instituições públicas em âmbito local. Agrega-se a isso a falta de organização dos agricultores familiares e de atuação dos movimentos sociais, comprometendo seriamente as intervenções nos espaços públicos.

Segundo Neves (2015, p. 06), o território “[...] apresenta-se como uma das mais promissoras fronteiras agrícolas no Estado do Rio Grande do Norte, com muito potencial produtivo centrado em

² Esse quantitativo considerando o censo demográfico do IBGE do ano de 2010, visto que não foram divulgados os resultados do último censo até o momento de produção deste artigo.

comunidades rurais e agricultores familiares em diversos projetos de assentamentos”. As principais atividades econômicas do MTG giram em torno da agricultura de sequeiro, pescas, turismo, artesanato, apicultura e caprinovinocultura.

Caminhos que nos levam às margaridas - percurso metodológico

Para concretização dos objetivos foi realizado uma revisão bibliográfica em artigos, teses e dissertações que versam sobre a questão das mulheres rurais. A partir desse levantamento foi possível investigar as configurações das questões de gênero no rural brasileiro, trazendo elementos como a masculinização do território rural, as políticas públicas implementadas para o combate às desigualdades de gênero e a questão do debate de gênero na esfera do desenvolvimento territorial.

Para compreender como se organizavam as pautas direcionadas às questões de gênero no FOMAG, principalmente as que buscavam a redução das desigualdades entre homens e mulheres rurais, buscou-se avaliar as atas das reuniões do colegiado territorial³, entre os anos de 2006 e 2015, documentos estes fornecidos pelo assessor territorial de inclusão produtiva da EMATER do município de João Câmara - RN. Para análise desses documentos aplicou-se a técnica de análise de conteúdo da Bardin (2009), que tem por finalidade avaliar de maneira sistematizada o corpo de um texto, procurando desvendar e quantificar a ocorrência de frases, palavras, temas e expressões, como “chaves” que vão possibilitar uma comparação, depuração e avaliação elaborada das informações coletadas *a posteriori*.

Procedendo às codificações, estabelecendo-se unidades "hermenêuticas" que vão permitir ao pesquisador descrição exata de características ligadas ao conteúdo. Esse método foi importante no exame das atas, por facilitar a compreensão das ações realizadas durante o período de 2006 a 2015 no colegiado, colaborando na verificação da participação feminina e na análise de todas as conjunturas comportamentais relativizadas nesses documentos.

O processo de análise iniciou-se com a organização das atas por data, pautas, número de participantes, gênero, lideranças das plenárias e quem detinha espaço de fala. E por fim, o próprio teor das pautas. Foram excluídos documentos repetidos, chegando-se à quantidade de 21 (vinte e uma) atas, um número bem reduzido, considerando que por ano deveriam ser realizadas 12

³ O Colegiado do Mato Grande, também chamado de *Fórum Territorial do Mato Grande* (FOMAG), foi criado em 2005, com o objetivo de fazer parte do PDSTR. A partir de 2008, com a criação do *Programa Território da Cidadania*, a estratégia da política territorial incorpora novo desenho à estrutura de gestão. A SDT/MDA decide, portanto, adotar uma abordagem mais englobante, associando outros setores envolvidos no processo de implementação da política territorial, tais como educação, saúde, meio ambiente etc. Assim, o FOMAG foi atualizado tendo por base o princípio da paridade, passando a ser composto por representantes da sociedade civil e do poder público (Vaz *et.al*, 2017, p. 80).

plenárias. Com o objetivo de entender os impactos de políticas com abordagem territorial na vida de mulheres do Mato Grande, considerou-se necessário avaliar relatos de mulheres que participaram e tiveram envolvimento direto com o colegiado territorial. Ao trazer as falas dessas mulheres, conseguimos elementos de subjetividade da vivência nas situações que estiveram através das entrevistas. Nossas entrevistadas foram chamadas de “Margaridas” em homenagem e alusão à *Marcha das Margaridas*, um importante evento que tem ocorrido anualmente, desde 2000, e que marcou a vida de muitas mulheres do Território da Cidadania do Mato Grande (TCMG).

A pandemia impôs ao pesquisador o desafio de criar e usar métodos que se enquadrem à situação do distanciamento social, impondo-nos a necessidade do uso de instrumentos alternativos de entrevistas para coleta de dados, no nosso caso foram realizadas entrevistas gravadas em salas no *google meeting*. Dessa forma, para captação do público-alvo, neste caso as mulheres que participaram do colegiado e comitê, utilizou-se o método denominado de *snowball* também chamada *snowball sampling* (BIERNACKI; WALDORF, 1981) ou como conhecida no Brasil como “amostragem em Bola de Neve”, ou “Bola de Neve” ou, ainda, como “cadeia de informantes” (PENROD *et al.* 2003; GOODMAN, 1961, *apud* ALBUQUERQUE, 2009).

Essa técnica nos permite realizar uma amostragem não probabilística, e interação entre os indivíduos que estão envolvidos e serão estudados na pesquisa, estes no que lhe concerne, vão indicar ou convidar amigos/conhecidos de sua rede, para integrarem o processo.

Neste método, temos as *sementes* que são aquelas que nos possibilitam o contato inicial com o entrevistado ou entrevistada. Em seguida, temos o *intermediário* que faz a ponte e nos repassa o contato de alguém que conheça e seja ligado à sua rede de confidentes. E, por fim, temos a pessoa do *entrevistado(a)*, aquele ou aquela que está sujeito a participar do nosso roteiro de entrevistas. As indicações chegam a um ponto de saturação quando o objetivo é alcançado e as novas entrevistadas começam a repetir conteúdos e informações que já foram obtidos em situações anteriores, sem o acréscimo de novos relatos que sejam relevantes ao estudo.

Com relação ao processo de identificação das participantes, todas elas autorizaram a utilização do nome pessoal e a gravação das entrevistas. Sendo que as informações pertinentes a dados pessoais não foram expressas neste documento e ficaram armazenadas nos arquivos de gravação, sob total responsabilidade e compromisso dos envolvidos da pesquisa na manutenção do sigilo e não compartilhamento das informações pessoais das entrevistadas.

Políticas de desenvolvimento territorial e o debate sobre gênero

A abordagem de desenvolvimento com foco territorial, é um instrumento usado no universo do planejamento de políticas públicas com orientações voltadas ao desenvolvimento rural. Sendo um instrumento que abarca novas reformulações relacionadas ao campo das políticas econômicas, sociais, ambientais e territoriais, provocando mudanças importantes e significativas no contexto das intervenções em matéria de desenvolvimento (MOURA; MOREIRA, 2014, p. 61). Essa concepção de desenvolvimento procura considerar as estratégias que os atores em determinada região utilizam para controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas (SANTOS *et al.*, 2017, p. 18), impondo-se como nova unidade na referência, e na atuação do Estado no processo de regulação das políticas públicas, fazendo com que ele se sinta no dever de responder às diversas críticas relacionadas às questões de ineficiência e ineficácia de suas ações (ALCÂNTARA FILHO *et al.*, 2009, p. 31).

Em linhas gerais, o desenvolvimento rural, de abordagem territorial, poderia ser compreendido:

[...] como um processo de mudança social, político, econômico e cultural, voltado para uma valorização das atividades locais, distribuição de renda justa e erradicação da pobreza, buscando alcançar uma melhoria do padrão de vida da população, satisfazendo-a em suas necessidades humanas básicas e respeitando os preceitos de sustentabilidade ambiental (ALCÂNTARA FILHO *et al.*, 2009, p. 31).

A partir desse contexto, procuramos compreender como as questões direcionadas ao gênero podem ser entendidas no universo dessa abordagem de desenvolvimento, que de acordo com Molyneux (1985, p. 228.) Seria “[...] o planejamento de gênero para o desenvolvimento territorial baseado principalmente nos interesses das mulheres, ou seja, priorizando suas preocupações”.

A partir desse contexto, o fio condutor para o fortalecimento das políticas de abordagem territorial no rural brasileiro inicia-se a partir da criação da *Secretaria Territorial de Desenvolvimento*, com o *Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*, tendo como missão a valorização da agricultura familiar, com o enfrentamento das desigualdades regionais e da pobreza rural e a integração de políticas públicas na esfera da intersetorialidade, estimulando a promoção e dinamização econômica dos Territórios (TRs) rurais. O fio condutor é a pluralidade, diversidade, autonomia de atores sociais, de mulheres e homens. Abrindo um adendo, precisamos chamar atenção para a questão acentuada da desigualdade de gênero no espaço rural, o que interfere nos espaços de participação e tomada de decisões de programas direcionados aos territórios rurais. De acordo com Butto (2010, p. 218) o desenvolvimento rural “[...] pensado a partir das relações de gênero, não pode se limitar a estimular a participação social simplesmente, posicionamento corrente entre alguns adeptos da abordagem territorial, em que é necessário considerar distintas dimensões presentes na desigualdade que as mulheres vivenciam no campo”.

Neste sentido, para fazer uma reflexão de gênero no processo de dinâmica territorial, é importante interligar as quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável, a econômica, a sociocultural, a ambiental e a político-institucional, pois, conforme descreve a autora: “[...] na dimensão econômica e ambiental, é necessário considerar que, embora as mulheres sejam detentoras de conhecimentos sobre uso e manejo da biodiversidade, têm menor acesso aos bens da natureza e aos recursos financeiros. Este fato repercute na ausência e/ou menor acesso à terra e à renda” (BUTTO, 2010, p. 230), sinalizando a interdependência destas dimensões, visto que além da inserção feminina na maior parte do tempo trabalhado é não monetária e voltada para o trabalho doméstico e de cuidados e em condições precárias. Além disso, “[...] a forma de inserção econômica das mulheres produz uma representação do seu trabalho como atividade secundária e marginal, mesmo que sem o trabalho delas não seja possível garantir a reprodução física e social da agricultura familiar e do seu papel decisivo na manutenção da biodiversidade e preservação ambiental” (BUTTO, 2010, p. 230).

Butto (2010, p. 230) destaca ainda que, quando ocorre a junção das dimensões políticas e econômicas, “[...] torna-se o centro de análise do lugar das mulheres rurais no desenvolvimento”, de maneira que para compreender o processo de exclusão econômica das mulheres é necessário incluir também os mecanismos políticos presentes na manutenção da subordinação, elucidando ainda a dimensão simbólica da desigualdade. Dessa maneira, não é somente a família que tem papel decisivo na reprodução da desigualdade existente entre mulheres e homens rurais, mas os espaços públicos do Estado também são reprodutores ou mitigadores dessas desigualdades. Assim, durante o período de 2001 a 2010, foram tomadas então algumas iniciativas para atender demandas direcionadas à igualdade de gênero, procurando suprir em especial as demandas do movimento de mulheres.

Nota-se que existia um esforço em políticas públicas para o desenvolvimento de ações direcionadas a perspectiva de gênero, porém o processo ocorre de forma lenta e muitas vezes tende a retroceder. Sabe-se que muitas foram as lutas dos movimentos feministas e LGBTQI+ no diálogo referente a produção de políticas públicas direcionadas à perspectiva de gênero, porém é notório chamar atenção de que essas conquistas, ainda não firmadas enquanto políticas de Estado, ficam ameaçadas por retrocessos governamentais, a depender de parcela política que as apoiem ou a serem ameaçadas por reação do patriarcalismo conservador, ancorados em um discurso religioso, ou muitas vezes de ódio, que nos governos posteriores visavam extinguir programas sociais, conselhos,

retroagindo nas ações e iniciativas públicas voltadas a atender as demandas de gênero no país, além de muitas vezes perseguir lideranças feministas.

O Comitê Dona Zizi e seu protagonismo na vida de Mulheres do Território do Mato Grande - RN

Atas como instrumento de análise teórica sobre o debate gênero nas reuniões do Fórum territorial do Mato Grande - RN (FOMAG)

Apresentaremos a seguir as impressões obtidas através da análise das atas das reuniões do colegiado entre os anos de 2006 e 2015, onde foi possível mensurar 21 atas fornecidas pelo assessor territorial de inclusão produtiva da EMATER, do município de João Câmara - RN. É importante chamar atenção para o ano de 2006, período que antecede o PTC, já que neste ano o colegiado seguiu os parâmetros e objetivo da PTDRS que, aliada à SDT/ PRONAT, buscava “[...] apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais, na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais” (MDA, 2005, p. 14). E, nessa conjuntura, os territórios eram classificados como rurais, destacando-se envolvimento deles a mobilização que procurava entender que o “[...] desenvolvimento desses espaços implicava na existência de capital social, na gestão social e no fortalecimento das ‘institucionalidades territoriais’, como elementos de um processo que deveria contribuir para o empoderamento das pessoas e instituições” (GODOI; AGUIAR, 2018, p. 7).

Nesse contexto, não existia qualquer direcionamento claro ou ação específica objetivando superar as desigualdades de gênero aliado à temática e estratégia de desenvolvimento territorial. No entanto, em 2008, com a criação do *Programa Territórios da Cidadania* (PTC) e o *Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais* (POPMR), essa discussão foi incluída nesse universo de desenvolvimento, no qual o governo utilizava o argumento de promover ações que contribuíssem para a diminuição dos índices de pobreza e desigualdades sociais (SILVA, 2013). A partir desse cenário, é válido destacar que as pautas das plenárias, nesse período até meados de 2012, eram muito direcionadas às questões produtivas e econômicas do Mato Grande, como veremos mais adiante.

Analisando as atas, verificamos que as reuniões eram organizadas por meio de pautas em temas centrais que são: projetos e editais, economia e produtividade, assuntos direcionados ao funcionamento do FOMAG e, por fim, temas relacionados a Gênero (Mulheres Rurais, empoderamento feminino e desigualdades de gênero). É nítido que sempre estava em pauta temas ligados a editais de programas do governo federal, a saber: PRONATEC, PRODETUC, PRONAF,

sendo o PROINF o que mais se destacava, já que sempre que estava presente entre as pautas e nas reuniões em que se falava sobre o programa, o número de participantes sempre era maior. Nessa perspectiva, Souza (2015, p. 242) leciona que possa existir dois caminhos que expliquem esse interesse pelo programa, que seriam: “[...] a disponibilidade de meios financeiros advindos do PROINF anima os debates territoriais, aumenta a participação nas reuniões, oportuniza a articulação dos agentes territoriais, atrai a atenção dos gestores municipais para as ações dos programas etc.”.

Outros assuntos que eram debatidos giravam em torno da apresentação e elaboração de projetos que foram de grande relevância para dinâmica social e econômica do Mato Grande, dentre estes projetos podemos destacar: *Programa 1 Milhão de Cisternas*; apresentação do Polo de Tilápia do *Programa do Biodiesel*, coordenados pela ARCO; Programas de agroecologia, AACC e TECHNE; Projeto da usina de beneficiamento de fécula de mandioca, elaborado pelo Centro de Apoio e Assistência Técnica aos Assentados e Comunidades Rurais e Urbanas da Região do Mato Grande (CEATEC), *Movimento de Libertação dos Sem Terra* (MLST) e Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA); projetos ligados à área de educação ambiental e desenvolvimento social e comunitário, com foco nas oficinas de reaproveitamento do Programa de Educação Tutorial (PET); construção do *Plano Plurianual Territorial*. Dentre outras iniciativas que tinham um direcionamento para as questões do desenvolvimento territorial, economia, produtividade e meio ambiente e que, minimamente, tinha algum encaminhamento à questão de gênero.

Com relação à quantidade de participantes, consideramos apenas os que estavam registrados nos documentos, nos quais, das 21 atas avaliadas, o número médio de membros das plenárias era de 15 participantes. Desse total, 65% eram do sexo masculino e, apenas 35%, feminino, o que nos mostra o quanto no colegiado existia desigualdade quando falamos em participação nos espaços de decisão e poder. Uma realidade que se reflete em várias instâncias políticas e que, segundo Ávila (2004, p. 10), é um dos fatores que refletem essa situação na vida das mulheres seria relativa “[...] há uma tensão entre o tempo do ‘agir’ do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida que deve ser cuidada e reproduzida” onde a falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera do social para a do político.

Inúmeras pesquisas sobre a questão de como as pessoas usam o tempo, refletem justamente nisso “[...] onde o fardo das tarefas domésticas, o cuidado com os outros ainda recai desproporcionalmente sobre as mulheres” (BIROLI, 2010, p. 669). No Brasil e em países em desenvolvimento, 45% (FAO, 2018) de todo alimento que é produzido no rural têm as mãos das

mulheres rurais em que, na maior parte dos casos, seu trabalho segue do campo para uma árdua jornada de trabalho dentro das comunidades e de suas casas.

De acordo com a *Organização para a Alimentação e Agricultura* (FAO) (2018), muitas mulheres trabalham cerca de 12 horas semanais a mais do que os homens, e muitas gastam até quatro horas por dia para coletar água e combustível para uso doméstico, sendo que esse tempo poderia ser utilizado em atividades escolares ou de geração de renda. Outro ponto que impede a participação feminina em espaços institucionais e políticos como o colegiado é a questão da dominação masculina sobre a mulher, que ainda é uma realidade pertinente em nossa sociedade, fato que tem se acentuado com a avalanche de governos conservadores, que pregam princípios que vão ao encontro desse sistema de dominação.

Em relação aos espaços de fala, dos 21 encontros, em 12 deles, percebeu-se que a fala masculina predominava e, em apenas 9, tiveram a participação feminina, nos quais a liderança dessas reuniões era concentrada com maior frequência nos homens em comparação com as mulheres. Em alguns encontros, era registrada a presença de mulheres na liderança das plenárias, porém apenas dois deles tiveram uma regência feminina, e os demais eram compartilhados entre os homens, fato este que será explorado nas próximas sessões nas quais apresentaremos os relatos das dez mulheres que participaram ativamente das plenárias do FOMAG e da formação do comitê de mulheres.

Nesse sentido, concomitante a Biroli (2010), existem padrões hierárquicos entre homens e mulheres, que são responsáveis por criar filtros que vão recair sobre as mulheres na questão da ocupação e do acesso no âmbito da política institucional. Ainda sobre essa questão, verificou-se que, entre os anos de 2006 e 2012, era visível a presença masculina na conjuntura estrutural e administrativa do colegiado, e que em vários encontros a presença de representantes do poder público era sempre masculina e, em casos isolados, era figurado por mulheres.

Mas, a partir de 2014, com a chegada do PTC, percebe-se maior representatividade feminina tanto da esfera pública como da sociedade civil, visto que a criação dos comitês e câmaras técnicas propiciou o fortalecimento e organização dos movimentos sociais, nos quais demandas emanadas desses grupos chegavam mesmo que de forma simplória aos debates do FOMAG.

Por meio da análise das atas, foi possível, após um processo de codificação desses instrumentos, elencar as seguintes categorias de análise, sob a perspectiva dos seguintes temas: Gênero, Poder e Participação, Economia e Agricultura Familiar, Incentivo a renda igualitária, Empoderamento Feminino. Através desse traço, foi possível avaliar qual era o direcionamento das

plenárias, como se configuraram os debates, quem liderava, quem participava e como se estruturam os espaços de fala.

O florescer do esperançar da militância

O comitê foi um mundo possível, onde só quem viveu sabe o quanto aquele espaço foi modificador e fortalecedor para muitas mulheres, uma coisa é certa: nós transformamos vidas e as nossas vidas, a partir daquele espaço (Margarida Ana Paula, 2021, informação verbal).

Figura 1 – Comitê de mulheres Dona Zizi⁴



Fonte: Acervo pessoal de Maria Katiana, líder do comitê, 2015.

A foto acima, cedida gentilmente pela margarida Katiana, retrata o auge da organização das mulheres rurais no Território da Cidadania do Mato Grande. Traremos nesta seção a luta por essa organização realizada por lideranças femininas dos 16 municípios desta região. Através dos depoimentos registrados por meio das entrevistas profundas e semiestruturadas que foram feitas com 10 mulheres. Todas participaram ou tiveram contato próximo com o *Comitê de Mulheres Dona Zizi*, e foram beneficiadas pelas políticas de abordagem territorial.

Acerca da identificação das entrevistadas, os nomes de registros foram revelados, mediante autorização escrita e em gravação concedida pelas participantes. O autor principal do projeto detém arquivos de gravação onde é expresso o livre consentimento à sua participação no estudo. Foram realizadas entrevistas com duração máxima de 01h30min, sendo que algumas das participantes preferiram enviar áudios via *WhatsApp*, relatando aspectos de suas histórias. Aqui, encontramos

⁴ Esta imagem foi cedida pela líder do comitê Maria Katiana, e foi autorizada para uso de produção científica. Do lado esquerdo de cabelos grisalhos e blusa estampada de cor branca temos a dona Zizi.

diversas reflexões pessoais que evocam manifestos, denúncias ao machismo, ao patriarcado, ao racismo, ao sexismo que ainda estão presentes em diversos espaços da sociedade.

Trajetórias das margaridas e os passos até o FOMAG

Margarida Katiana

Nossa primeira Margarida chama-se Katiana, que iniciou sua trajetória de militância em espaços de controle social em 2004, mas antes desse processo, já fazia parte das ações da igreja na comunidade e do grupo dos sem "terrinhas" do MST, no assentamento Arizona.

A trajetória da Katiana no FOMAG iniciou-se em 2005, ano de criação do fórum. Na época ela era bem jovem e se referia à sua falta de conhecimento amplo das “coisas”, porém estava lá participando e conhecendo outras realidades. A partir desse espaço, Katiana e outras participantes foram estabelecendo uma rede informal de contato para conhecer mulheres dos municípios que integravam o colegiado.

Ela relata que os encontros se davam em pautas da agroecologia, da convivência com o semiárido, através da articulação do semiárido brasileiro, que era o fórum microrregional da Articulação do Semiárido (ASA), nas atividades do movimento feminista, e principalmente sobre a discussão das cisternas, da luta pela garantia da água potável na nossa região.

Para Katiana, participar do colegiado foi uma experiência “riquíssima”, onde por sua iniciativa e por intermédio do PTC, foi estabelecido no fórum as câmaras técnicas de mulheres, jovens e povos tradicionais. E o grande marco foi a criação do comitê de mulheres, com a presença de 16 municípios, onde em 10 deles foi possível estabelecer uma articulação de mulheres e juventude.

Nesse processo, foram organizadas as conferências municipais de juventude e as conferências municipais e territoriais de mulheres, segundo ela “[...] colocamos nesse rol do território, essa discussão da construção da política pública, a partir do olhar da mulher. Isso fez com que algumas criassem seus próprios grupos ou fortalecessem a associação onde residiam” (Katiana, 2020, informação verbal).

Essa fala de Katiana é corroborada pelos resultados de nossa pesquisa, no sentido de que as ações elaboradas pelo FOMAG fizeram um trabalho de aprimoramento da atuação política, principalmente a feminina. E não se limitou às reuniões, mas também ao incentivo do cooperativismo e da venda dos produtos produzidos, “[...] a participação em feiras como, por exemplo, na cidade de João Câmara com a feira da agroecologia, ou em São Miguel do Gostoso”

além disso a militância se ampliou “[...] sendo possível a participação de mulheres em eventos nacionais, como a ação internacional da marcha mundial das mulheres, conferências de desenvolvimento territorial, estaduais e nacionais” (Margarida Katiana, 2021, informação verbal).

Outro ponto importante é a tomada de consciência da importância da participação como instrumento de controle social “[...] conseguimos durante dois anos, 2014, diria até três anos, 2014 a 2016, fazer um pouco desse giro do controle social das políticas públicas do território. Infelizmente, no final de 2016 ocorreu a finalização dessa política que foi, a meu ver, muito importante para movimentar as pessoas no território” (Margarida Katiana, 2021, informação verbal).

Atualmente, Katiana está empenhada com a *Marcha Mundial das Mulheres*, e no seu município participa do *Coletivo Bataque Feminista*, um grupo composto por mulheres que fazem percussão, reutilizando materiais recicláveis na confecção dos instrumentos do batoque. Ela participa ainda da *Rede Xique-Xique*, que no Estado do Rio Grande do Norte tem como um dos focos a comercialização da economia solidária.

Segundo ela, as mulheres que passaram pelos processos de formação promovidos por eventos e oficinas através do FOMAG e atuação da AACC, conseguiram entender a essência do movimento feminista, mas algumas que se envolveram durante a atuação dos territórios da cidadania ainda enxergam o movimento como radical, pensando ser uma “briga” entre homens e mulheres, entretanto, ela atua com colegas do comitê para desmistificar esse pensamento. Apoiando-se nesse pensamento, é perceptível nas falas das participantes o relato de que muitas mulheres que residem a zona rural, ainda enxergam a luta feminista sob o ponto de vista radical, e que muitas ainda estão aprisionadas em tradições culturais do patriarcado tão eminente ao campo.

Margarida Ana

A segunda margarida chama-se Ana Paula, uma das coordenadoras, da câmara e do comitê de mulheres do Mato Grande, professora, feminista, mulher negra, grande articuladora dos movimentos de mulheres da região, e responsável por grandes mobilizações no território.

A trajetória de Ana no FOMAG, iniciou-se em meados de 2013, quando começou a trabalhar em um município próximo a cidade de Jardim de Angicos/RN em uma secretaria de agricultura. Nesse espaço de tempo ela desenvolveu contato com várias mulheres que participavam do colegiado, como por exemplo a Margarida Alice da cidade de Pureza/RN (Bebida Vela), que atuava no fórum, e quando soube que ela estava trabalhando nesta secretaria, fez o convite para que ela participasse da primeira reunião do colegiado naquele ano.

Ela relata que entre os anos de 2014 e 2015, conseguiu levar as mulheres do território para muitos eventos estaduais e nacionais, e o que mais marcou a sua trajetória foi a *Marcha Mundial das Margaridas*, em Brasília, que reuniu em torno de 100 mil mulheres de vários lugares e de diversas trajetórias.

Sobre as reuniões do fórum, seu relato demonstra que as mulheres lutavam sempre por espaços igualitários de participação, e quando tinha alguma conferência, evento ou ação, que precisava enviar representantes do colegiado fazia-se questão da partilha das vagas entre iguais, onde segundo ela “[...] fazíamos questão de estar lá, de pontuar, e de levar o maior número diversificado de mulheres” (Ana Paula, 2020, informação verbal). Observando as atas e somando-as aos relatos, percebemos que a igualdade de gênero no espaço coletivo do FOMAG, só foi possível mediante a organização das mulheres em prol do seu direito à participação e decisão sobre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais do território.

Sobre a composição dos espaços de poder e decisão (lideranças) do colegiado, o relato da Ana elucida situações em que era registrado maior representatividade masculina, tendo Katiana como uma das que estava sempre representando as mulheres e lutando por espaços igualitários, situação registrada também nas atas das reuniões do fórum. Segundo ela, havia um desconforto dos homens e quando elas resolveram tirar do papel o projeto do comitê de mulheres.

Ela lembra que em alguns momentos quando se tinha verba disponível para algum projeto no território, muitas vezes era destinada para a compra de maquinários e ferramentas. Mas quando se pensava, por exemplo, em comprar barracas para as feiras da agroecologia feminina, existia uma maior dificuldade de liberação dos recursos.

Margarida Fernanda

O terceiro relato foi feito pela Margarida Fernanda, mulher agricultora, negra e quilombola que teve sua trajetória muito marcante no movimento de mulheres trabalhadoras rurais e sindicatos rurais, além de ter participado e atuado durante quatro anos no FOMAG, sendo uma das grandes vozes na conquista por espaços dentro do colegiado. Filha de Damião, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Sindicato de Agricultores de Touros.

Sua mãe foi uma das fundadoras do *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste*, fazendo com que ela já nascesse no berço dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais e de mulheres. De início ela não tinha tanta afinidade com as questões ligadas ao rural e não

gostava muito de residir no campo, justamente pelo machismo que ela enxergava na figura masculina.

Fernanda destaca que os projetos direcionados para as mulheres não eram debatidos, existia sempre uma dificuldade, e se a pauta era voltada ao homem sempre era discutida e votada. Em nossa análise documental, percebe-se que a inclusão de pautas destinadas aos projetos e programas que valorizassem as mulheres só foi possível mediante a organização do comitê Dona Zizi.

Dentro do FOMAG, Fernanda passou a atuar com maior intensidade em 2006, onde apenas a representação feminina era apenas ela, Katiana e uma participante da AACC:

[...] não tinha mulher, era apenas homens, então começamos a frequentar, a participar. E às vezes o sindicato não tinha como levar a gente. Então conseguimos um carro com a prefeitura para nosso deslocamento. Percebemos que quando começamos a ir estávamos pouco representadas, então Katiana teve a ideia de criar esse coletivo de mulheres, para gente se reunir antes, observar as nossas conversas chegar lá prontas. Foi uma briga muito grande. Mas nós conseguimos nos reunir, tinha reuniões, tinha as participações de todas as mulheres de cada território (Fernanda, 2021, informação verbal).

A participante relata, que passou por muitas situações difíceis para conseguir frequentar as reuniões, dentre elas o sindicato não estava querendo levá-las para as reuniões, “[...] justamente porque eles perceberam que elas estavam se fortificando e conquistando espaços” (Fernanda, 2021, informação verbal). Outro ponto, foi a saída de seu pai do sindicato, situação que dificultou sua participação no fórum, onde segundo ela elegeram um representante “bem mais machista”, que não aceitava a participação delas nas reuniões. O relato da margarida expressa uma realidade latente, onde a participação feminina nos espaços públicos e políticos do Brasil é limitada por uma cultura patriarcal, sexista e tradicionalista, e tem sido uma luta constante ao longo da história do país.

Margarida Alice

Nossa próxima margarida chama-se Alice, técnica em cooperativismo e é agricultora familiar, envolvida nos espaços de associação e cooperativas. Quando chegou ao FOMAG, foi uma das vozes que levou os anseios das mulheres para o colegiado.

A Margarida Alice, narra que em alguns momentos de sua trajetória no FOMAG, não se sentia ouvida justamente por ser mulher, onde tinha a sensação de que a sua fala e a de outras não tinham a mesma representatividade que as falas masculinas. Segundo ela “[...] você fala e muitas vezes era ignorada, porque outra ideia, outra forma de falar era mais interessante do que a forma feminina quando expressada” (Alice, 2021, informação verbal).

Margarida Adriele

Seguimos com a Margarida Adriele, jovem, produtora, empreendedora que iniciou sua trajetória dentro do universo das associações e cooperativas. Atualmente é professora e tem lutado para manter os espaços conquistados por elas. Quando esteve no FOMAG foi uma das vozes ativas na busca pela igualdade de gênero.

Adriele relata que nas reuniões sempre notava uma predominância masculina, mas sempre procurava participar ativamente, segundo ela existiam aqueles que queriam falar mais alto, porém o comitê era organizado e quando ocorriam essas situações as margaridas que faziam parte da liderança conseguiam contornar a situação. Ela relata que nas reuniões que participou, o público masculino sempre buscava entendê-las, mesmo quando existiam discordâncias, sempre prevalecia a democracia.

Margarida Angélica

Em seguida, temos a Margarida Angélica que é natural da cidade de Touros/RN, mas desde que nasceu reside na comunidade de Bebida Velha no município de Pureza/RN. Filha e neta de agricultores, sua trajetória no FOMAG começou a partir de uma reunião, realizada através da *Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha (APABEV)* no distrito em que mora.

Sobre sua participação no fórum Angélica relata, que não observou nenhuma expressão de machismo e sempre se sentia ouvida, deixando claro que nas reuniões que participou, notou uma participação expressiva feminina, essa situação foi possível tendo em vista, que a entrada da participante ocorre em um momento em que as articulações femininas no colegiado estavam sólidas e elas já ocupavam espaços de liderança nas plenárias. Sobre as pautas, ela relata que nunca percebeu negação masculina para os assuntos de gênero. Outra questão destacada pela entrevistada é a de que muitas desejavam participar das reuniões, mas para evitar atrito com o esposo, preferiam ficar em casa.

Margarida Adriana

A Margarida Adriana França, reside no município de João Câmara/RN, no assentamento Modelo II, é professora, formada também em cooperativismo, filha de agricultores, atualmente é sócia da *Associação de Mulheres Girassol*, tendo como público 29 mulheres.

Adriana não participou ativamente das reuniões do FOMAG, mas a sua mãe, sim. Ela conta que na época não tinha tempo de acompanhá-la aos encontros. Sua mãe sempre relatou coisas boas,

como a participação na feira feminista e da Economia Solidária, eventos como o arraiaí das mulheres, a *Marcha Mundial das Margaridas*, oficinas e reuniões promovidas pelo comitê.

Margarida Larissa

A jovem Margarida Larissa inicia sua trajetória em movimentos sociais, por meio da APABEV em Bebida Velha, mas desde criança estava inserida nesses espaços, porque seus pais sempre fizeram parte desse mundo de associações e cooperativas. Atualmente, ela faz parte da direção da *Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Bebida Velha* (COPABEV), sua participação no colegiado foi mais enérgica na câmara de juventude, onde também foi uma das coordenadoras.

Larissa começou a atuar no fórum a partir de 2014, participando de diversas reuniões, sobretudo, as ligadas ao comitê de juventude, onde sempre procurou levar para dentro desse espaço a questão do empoderamento feminino. A entrevistada conta que sempre se sentiu ouvida e que conseguia coordenar e dirigir os seus espaços de atuação sem enfrentar resistência masculina. “A gente sempre fazia alguma ação relacionada à autonomia feminina e debates sobre igualdade de gênero, violência contra mulheres, prevenção e juventude e sempre me sentia representada” (Margarida Larissa, 2021, informação verbal).

Margarida Ceixa

Nossa penúltima participante chama-se Maria da Conceição, conhecida por Ceixa, é graduada em Administração e reside na comunidade de Bebida Velha. Filha de agricultores, conviveu com seus pais até os 15 anos e sempre tinha anseios de alcançar oportunidades, como a de cursar o ensino superior. Foi quando expandiu sua trajetória do campo para a cidade, visto que as oportunidades no mundo rural eram muito limitadas.

O contato de Ceixa com o FOMAG se deu por meio da associação, quando participou de várias atividades e, em alguns momentos, sentiu-se silenciada, e deixou claro que em algumas situações a presença masculina se tornava mais expressiva que a feminina. Ela conta que isso melhorou muito, mas que ainda assim, quando muitas delas vão colocar a sua voz, elas são interrompidas, sendo caracterizado por ela como um problema grave que precisa ser discutido, desconstruído. A margarida deixa claro que é preciso discutir, então, a questão da divisão justa de tarefas domésticas para que a mulher possa participar desses espaços, porque muitas não podiam

estar nas reuniões por esse motivo, é que muitas delas ainda sofrem com as amarras do patriarcado, sendo necessária uma luta intensa para resgatá-las.

Margarida Gildete

Nossa última participante, emergiu nos movimentos sociais por meio de sua mãe, que sempre participou de movimentos de mulheres, e a levava desde pequena para esses espaços. Assim, Gildete foi se apaixonando e começou a participar ativamente do movimento e, desde então, não saiu mais. Sua passagem pelo FOMAG inicia a partir de 2012, onde começou a frequentar as reuniões, ela relata que no início era sempre bem difícil participar, devido à localização das reuniões que quase sempre eram em João Câmara, mesmo assim procurava estar presente.

Nossa margarida Gildete inicia sua passagem pelo FOMAG em 2012, depois de estar inserida no movimento de mulheres, onde passou a frequentar as reuniões, e ela relata que no início era sempre bem difícil participar, devido à localização das reuniões que quase sempre ocorriam na cidade de João Câmara, mesmo assim fazia o possível para estar presente. Segundo ela “[...] não era fácil sair de Touros, de Carnaubinha para Touros, e depois Ceara-Mirim, seguindo para João Câmara. Quando falávamos com as caronas ainda dava certo, mas quando não, a gente fazia um pouco de esforço, tirava do bolso para poder participar (Margarida Gildete, 2021, informação verbal).

A margarida informa que as pautas eram sempre interessantes e quando chegou nesse espaço não via resistência masculina, “[...] eu acho que quando eu cheguei as coisas já estavam mais controladas, porque as meninas que já estavam lá eram muito eficientes. O FOMAG para mim também foi um aprendizado gigantesco” (Margarida Gildete, 2021, informação verbal). Ela conta que “[...] as reuniões do território são muito boas, aqui e acolá discordamos de algumas coisas, mas nada que possa ir além, apenas ajustes e no final todos saem satisfeitos” (Margarida Gildete, 2021, informação verbal).

O comitê como um mundo possível

Sobre a criação do comitê essa era uma das metas estabelecidas pelo programa territórios da cidadania desde 2008, Katiana relata que em meados de 2015 ocorreu uma seleção com o intuito de contratar assessorias, e como ela é formada em Serviço Social resolveu se inscrever neste processo de seleção, onde ficaria responsável por pautar e “[...] fazer essa discussão, da implementação, e criação da câmara técnica que chamamos de comitê de mulheres, juventude e de povos e

comunidades tradicionais. Então eu fazia esse trabalho da articulação social” (Katiana, 2020, informação verbal). Desta forma, a criação da câmara já era uma das metas do *Programa Territórios da Cidadania*, e as participantes dos movimentos já se articulavam para que no território rural fosse feito um projeto que mobilizasse as mulheres.

Em sua narrativa sobre o espaço do comitê, Ana Paula relata que muitas que participavam ultrapassaram as barreiras estruturais do patriarcado. Elas romperam “[...] com esse limiar, essa coisa que nos suprime, nos amordaça” (Ana Paula, 2020, informação verbal). Este espaço de organização coletiva feminina proporcionou o acesso a temas como a economia solidária, que segundo Ana, seria “[...] outra perspectiva de economia onde as mulheres a partir dessa organização, podem ter um retorno para si, sem ser um retorno nocivo do capitalismo” (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Alice ressalta que o espaço do comitê foi construído por elas, e que tudo que foi vivenciado era para além das pautas, das reuniões, das plenárias mensais dos territórios da cidadania. Era um mundo, para processo de formação, relação de pessoas, trocas de experiência, “[...] algo gigante de uma riqueza imensa” (Margarida Alice, 2021 informação verbal).

Para Angélica, o comitê representou um instrumento de poder e representação feminina em diversos espaços públicos, onde segundo ela as mulheres do território “[...] sentiam medo de falar o próprio nome e lá a gente podia ter voz, ser ouvida” (Margarida Angélica, 2021, informação verbal). Gildete relembra que algumas das meninas falavam que estavam criando um “grupo” incentivando-as a participar do fórum, tendo em vista que poucas estavam participando. Ela não entendia os motivos pelo qual não havia participação expressiva feminina, “[...] não sei se era pela dificuldade do lugar, se era proposital, eu sei que depois a gente começou e não parou mais. Com toda essa luta da gente começou as mulheres se inserir mais, querer estar presentes nessas reuniões” (Margarida Gildete, 2021, informação verbal).

O comitê era um mundo possível onde em organização coletiva as mulheres do Mato Grande puderam construir sua trajetória política profissional em um espaço público (FOMAG), em sua maioria liderado por homens e com demandas que muitas vezes priorizam os interesses do homem do campo, e dos grandes produtores articulados.

Por meio dessa coletividade elas conseguiram a unificação de suas vozes, que possibilitou um lugar de fala feminino, junto à entrada de mulheres em posto de lideranças no fórum, resultando no debate aberto sobre a destinação de recursos para políticas e eventos que estimulavam a autonomia, capacitação e crescimento intelectual, enquanto mulheres.

Com o golpe parlamentar e midiático contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, as políticas públicas territoriais sofreram drástico retrocesso, embora no Rio Grande do Norte tenham continuado, grande parte dos colegiados e fóruns territoriais tiveram suas atividades suspensas, inclusive o do Mato Grande. Sobre a situação atual do comitê, Katiana informa que “[...] atualmente, temos o grupo do comitê de mulheres no WhatsApp, estávamos nos articulando, porém, com a pandemia isso ficou difícil de nos encontrar” (Margarida Katiana, 2021, informação verbal). Apesar de todos os empecilhos elas ainda conseguiram permanecer articuladas, no ano de 2018 conseguiram realizar um encontro de mulheres do território do Mato Grande em parceria com a marcha mundial das mulheres na cidade de São Miguel do Gostoso.

A margarida informa que as mulheres do território e comitê sempre cobram pela volta dos encontros e reuniões. Entretanto, embora existam vínculos constituídos na militância e pela continuação dos projetos, a pandemia dificultou os encontros presenciais.

Sobre as atividades do comitê na atualidade, Ceiça reitera que o que restou do FOMAG e da câmara de mulheres é um grupo de *WhatsApp*, onde elas buscam uma articulação e tentam animar as mulheres do território. Para ela, quem mais anima esse grupo é a Katiane que sempre esteve nessa busca intensa da participação da mulher nesses espaços.

Com o retrocesso das políticas territoriais dos últimos quatro anos e a dificuldade de acesso aos meios de comunicação na área rural, principalmente a falta de transmissão de internet de qualidade, o comitê e o colegiado estão mantendo suas atividades parcialmente paralisadas. Porém com o novo cenário político e o regressar do governo Lula, existem movimentações para o retorno dessas políticas com o restabelecimento dos fóruns e comitês em todo país.

“A pedra no sapato”

Durante a realização das entrevistas, as margaridas relataram uma série de fatores que as impossibilitavam de participar das atividades do comitê e do FOMAG, dentre eles: a questão do tempo, atitudes violentas de seus companheiros, cidades e povoados distantes dos locais de reuniões e a insegurança. Ana relata, que muitas, quando era dia de reunião, diziam assim: “Ah! Hoje quando eu chegar em casa vai ser uma briga. Justamente, por quê? Porque ela saiu dali e foi buscar outra coisa” (Ana Paula, 2020, informação verbal). Outro fator muito importante que ela destaca, é que muitos companheiros usavam da inocência de suas companheiras para conseguir acesso a um programa ou verba do governo federal.

A entrevistada chama atenção para a questão da dominação e cultura patriarcal, que ainda está presente no campo, onde muitas mulheres, apesar de toda evolução nas políticas, ainda vivem em uma vida de opressão, presas na ideia conservadora da submissão ao cônjuge, e isso muitas vezes caracteriza-se como uma violência silenciada.

Sobre a violência contra a mulher rural brasileira os estudos bibliográficos de Carvalho (2019, p. 174) comprovam por meio de outros autores diversas características agravantes a situação de violência contra a mulher camponesa:

[...] são eles: a dificuldade de acesso a serviços, políticas sociais e órgãos de segurança pública ou mesmo a ausência destes; as longas distâncias geográficas; a pouca disponibilidade de transporte e de rede de comunicação que acentua a dependência do companheiro/cônjuge; a discriminação e o preconceito sofridos pelas mulheres ao buscarem atendimento; a desarticulação da rede e a não comunicação entre os diferentes setores públicos; e a subnotificação dos casos de violência contra a mulher nos serviços de saúde.

Outro agravante seria a própria questão cultural onde a mulher que fora criada na perspectiva do patriarcado, com a ideia do respeito ao ser masculino, onde se “[...] um homem fala, a mulher tem que se calar, é uma construção, onde ela se casa muito nova, sai de casa para ter uma responsabilidade no seu lar, de educar esses filhos, de viver num ambiente com medo. E este homem, o marido dela, vai comandar a vida dela por muito tempo” (Ana Paula, 2020, informação verbal).

Dessa maneira, muitas mulheres, por estarem presas a essa cultura de dominação que as obriga a um respeito figurado, ainda não conseguiram enxergar a verdadeira essência do feminismo. As que tiveram contato com o comitê conseguiram construir maior entendimento sobre o movimento e tentam de diversas formas desmistificar essa imagem retrógrada, sobre essa questão Alice faz uma ressalva de que muitas mulheres possuem uma capacidade “gigantesca”, contudo em alguns momentos se sentem inferiores. Por isso, existe essa necessidade de sempre estar estimulando a participação e organização, para ocorrer um fortalecimento coletivo de todas elas.

Uma questão que impedia a presença das mulheres nas reuniões gerais do fórum, era justamente a dependência financeira, segundo Fernanda, “[...] era a questão financeira e a dependência em alguém, principalmente quando se é uma dona de casa, por que ela precisava conversar com os filhos, com o marido, para conseguir sair, e algumas necessitam pedir dinheiro a terceiros” (Margarida Fernanda, 2021, informação verbal).

Segundo Adriele, nem todas as prefeituras davam suporte ou logística para que as mulheres pudessem participar do colegiado, “[...] contam-se as prefeituras que davam suporte, que davam carro, que mandava pegar e deixar” (Adriele, 2021, informação verbal). Todo esforço feito por ela e

participantes do FOMAG era pela causa, pela luta e pelo movimento, mesmo sem capital. “Algumas vezes ficava complicado essa parte, foi uma das coisas que eu debatia muito e sempre dizia eu vou mais se tiver o apoio financeiro, e muitas vezes deixei de ir por causa disso” (Adriele, 2021, informação verbal).

O relato de Angélica, testifica que quando as mulheres iam para eventos como a marcha mundial das margaridas e reuniões do comitê, elas retornavam com uma mentalidade diferente, e ao regressar ao seu cotidiano “[...] percebem que a realidade que estavam vivendo não servia para ela em si, ela percebia a necessidade do empoderamento” (Angélica, 2021, informação verbal). Dessa maneira, ela começa a perceber que era muito rejeitada, quando, por exemplo, falava dentro de sua casa que o trabalho precisava ser compartilhado. “Quando a mulher busca aplicar esse conhecimento em sua realidade sempre tem uma rejeição muito grande, principalmente por aquelas de mais idade, ao dizerem que isso é besteira e que elas nasceram para ficar em casa e cuidar dos filhos, do marido, que foi trabalhar para sustentar a família” (Angélica, 2021, informação verbal).

Ela relata que nunca se sentiu oprimida dentro dos espaços públicos, mas que existiam situações de discordância em seu lar.

[...] tinha reuniões, encontros, eventos como a marcha mundial das mulheres, onde eu precisava sair cinco dias de casa, e nessas situações, ficava filho, esposo. E quando chegamos em casa eles diziam: você não ganhou nada, se você tivesse em casa tinha feito muito mais. Inúmeras vezes eles só visavam o lado financeiro, afirmando coisas como: você foi e não ganhou um real e não trouxe nada. Eles não sabiam da importância que aquilo tinha para cada uma de nós. Principalmente para mim, para o meu reconhecimento, de participar de trocas de vivências e culturas (Angélica, 2021, informação verbal).

Ela destaca que essas situações afetavam psicologicamente muitas mulheres, porque quando elas retornavam para seus lares seus companheiros as recebiam de uma maneira diferente, questionando e fazendo cobranças, como uma prestação de contas. As preocupações do lar eram um dos motivos que impedia a participação de muitas mulheres nas reuniões. A esperança de Angélica, é que com a volta das políticas e projetos extintos, as mulheres se sentiriam mais atraídas a engajadas.

Os impactos das Políticas de Abordagem Territorial

Um dos anseios das mulheres com a chegada de políticas de abordagem territorial era voltado para estabelecer uma articulação sólida, Katiana avalia que conseguiu atingir essa meta, apesar do Programa Territórios da Cidadania ter acabado. Isso porque até hoje elas mantêm uma rede de contato, seja de forma virtual, em eventos, seminários, ou quando é solicitado uma representação feminina do território, elas buscam sempre essa articulação.

Ana relata que antes de entrar para o FOMAG não tinha conhecimento da Política de Desenvolvimento Territorial, e que ao ter contato sua vida mudou, principalmente na área profissional, explicando que no período em que as políticas de abordagem territorial estavam em auge, existia uma interação da universidade com a comunidade.

Na visão de Fernanda, as políticas de desenvolvimento territorial geraram impactos positivos na vida de mulheres do Mato Grande, principalmente para desmistificar a visão retrógrada que o homem tem das mulheres. A entrevistada destaca que as plenárias e ações que foram feitas, como por exemplo, levar as mulheres para a marcha das margaridas, foi de grande impacto em sua vida, e principalmente para o fortalecimento do movimento de mulheres trabalhadoras rurais.

Na perspectiva de Alice, foram imensuráveis os impactos da Política de Desenvolvimento Territorial para as mulheres do Mato Grande. Essas políticas foram de grande importância para a questão da participação feminina em espaços como o colegiado, além de possibilitar a criação de projetos que beneficiaram a vida de centenas de mulheres.

Em seu relato Angélica afirma:

[...] agora eu sei que eu quero, eu posso, eu consigo, mas para isso eu tenho que buscar. Porém de tudo isso que aconteceu em minha vida, apesar de muitas reuniões, isso foi me fortalecendo, hoje eu sou formada, sou professora, iniciei minha graduação em abril de 2016 e terminei em abril de 2020. E a partir dessas reuniões, de tudo que eu participei, o FOMAG, a câmara de mulheres, a associação (APABV) que é o meu ponto forte, é sempre a gente discute que a mulher seja autônoma e não seja dependente do esposo, ela precisa buscar e essa busca graças a Deus eu estou conseguindo até hoje (Margarida Angélica, 2021 informação verbal).

Adrielle menciona que, mesmo com as oportunidades que surgiram, não percebeu redução das desigualdades de gênero, enfatizando que muitas mulheres ainda não enxergam o poder que têm, e nem a luta de suas ancestrais para que elas pudessem estar em posição de igualdade, fato que segundo ela prejudica a organização e articulação desse movimento. O relato de Ceíça ressalta que foram muitos impactos positivos na vida das mulheres, dentre eles: visibilidade de fortalecimento, de autonomia e, claro, do combate às desigualdades.

Ela conta que muitas mulheres conseguiram melhorar seu nível educacional, muitas tiveram acesso ao ensino superior, aos cursos técnicos como o de cooperativismo, conseguiram conquistar um mestrado ou doutorado, indo além dos muros da agricultura familiar, dando assistência técnica voltada para a agricultura e economia solidária.

Considerações Finais

Conclui-se que o *Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande* quando criado tinha como missão fortalecer as bases econômicas do território, gerando desenvolvimento social, agregando diversos atores sociais e políticos, responsáveis por captar projetos e programas para o desenvolvimento rural. É nítido, ao analisar as atas, que existia uma grande concentração de pautas ligadas ao interesse econômico, onde pouco se falava sobre temas sociais.

A partir da formação das câmaras temáticas e comitês, ocorreu um diálogo com os diversos movimentos sociais na busca pela legitimação de pautas sociais, segundo Katiana a criação do comitê “[...] foi importante para o debate sobre os projetos que vinham para o território, onde muitas vezes eram pensando para atender os anseios do homem, em seus espaços de organização, e para mulheres, era algo subsidiário” (Katiana, 2020, informação verbal).

Desta forma, nossas margaridas, conseguiram em uma organização coletiva, inserir suas demandas em um espaço tendenciosamente masculinizado, defendendo o ideal de políticas territoriais que pudessem fomentar sua autoestima e participação, inclusive no núcleo diretivo, que antes era composto em sua maioria por homens.

Percebeu-se, que as participantes que ingressaram no fórum depois que o comitê dona Zizi passou a existir, encontram um espaço mais “igualitário”, visto que as que já estavam atuando, conseguiram inserir demandas da mulher camponesa no rol político e econômico do território, situação comprovada em suas narrativas.

Assim, com a criação do *Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais*, no ano de 2003, ainda no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, em 2008, somado ao PRONAT, surgem os Territórios da Cidadania que em seu contexto institucional a participação do Estado e da sociedade civil, com o objetivo geral reduzir as desigualdades sociais do meio rural, a partir da integração de políticas públicas. Para o alcance das metas estabelecidas pelo PTC, os colegiados/fóruns eram peças fundamentais, pois por meio das plenárias era debatido e levado os anseios da população de um território específico.

Mas, quais seriam então os impactos dessas políticas na esfera das desigualdades de gênero? Qual o legado dessas na vida de mulheres rurais? A partir do nosso estudo, constatou-se que não foram apenas as políticas territoriais importantes para minimizar os efeitos das desigualdades de gênero e garantir o empoderamento feminino, mas também, o estímulo e atuação dos movimentos sociais. Estes foram os núcleos que estabeleciam pontes entre os espaços de concentração e decisão dessas políticas, foi por meio desses que as mulheres rurais foram fortalecidas como pilares da discussão dos interesses a elas atinentes, e conseguiram construir espaços coletivos como os do

comitê, aqui retratado. Conseguiu-se mensurar e inferir através da pesquisa que as políticas de abordagem territorial tiveram impactos positivos na vida das mulheres do território do Mato Grande, sobretudo, aquelas que estavam envolvidas com o comitê.

Esses impactos podem ser alocados em três dimensões: econômica, social e política. Do ponto de vista econômico, elas tiveram acesso a muitos programas de assistência técnica (ATER), de incentivo à produção, como os *Quintais Produtivos*, tiveram acesso a ações de economia solidária, as feiras para agroecologia feminina, conseguiram com maior facilidade acesso às linhas do PRONAF destinadas às mulheres.

Muitas alcançaram uma formação técnica por meio dos Institutos Federais, tiveram a oportunidade de participar do curso técnico em cooperativismo. Outras conseguiram até mesmo uma formação em nível superior, porque era por meio do colegiado e do comitê que elas tinham conhecimento sobre os programas e as formas de ingresso à universidade.

Na questão social, muitas conquistaram sua emancipação conseguindo romper com a estrutura de dominação patriarcal, que se faz presente até hoje no rural brasileiro. Elas conseguiram se empoderamento nos espaços de participação por meio da união coletiva, muitas foram candidatas a cargo político em seus municípios e exaltam a oportunidade de poder participar de eventos como o da *Marcha das Margaridas*, que é um espaço longe da esfera doméstica e da autoridade masculina, onde elas conseguem vivenciar diversas realidades, mostrando a força da mulher rural.

Por fim, apesar dos avanços obtidos na construção de políticas públicas para mulheres rurais durante a governança do Partido dos Trabalhadores, é perceptível principalmente nas narrativas das participantes do estudo, um retrocesso político em grande escala, principalmente com o golpe parlamentar e midiático do governo Dilma em meados de 2016, que ocasionou a extinção de diversos órgãos, programas e políticas sociais que eram importantes no combate às desigualdades de gênero no campo.

O estudo ainda deixa claro a grande disparidade latente entre os homens e mulheres no campo, principalmente com ausência de titularidade das terras e a supressão das mulheres nos processos de sucessão, aliado a divisão sexual do trabalho, além da ausência de representatividade e da ocupação feminina nos espaços de decisão, o que traz a questão do lugar de fala na construção de políticas públicas, que pensem, efetivamente, na realidade das mulheres. Porém, espaços como o comitê Dona Zizi são de grande importância e necessários para legitimação da luta do movimento feminista rural e da trabalhadora rural.

Referências

- ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2009.
- ALCÂNTARA FILHO, José Luiz et al. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: uma análise a partir do território rural Baixo Jequitinhonha. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 2, n. 3, p. 24-44, 2009.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5 Ed. - Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da cidadania:** proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília: MDA, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades.** Brasília: Território da Cidadania, 2008.
- BIROLI, Flávia. 2010. Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 51-65.
- BIERNACKI, P. & WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v., n. 2, p. 141- 163, 1981.
- BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres rurais e autonomia:** formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: MDA, 2014.
- BUTTO, Andrea. Mulheres no Desenvolvimento territorial. *In:* DELGADO, Nelson G. (Org.). **A política de desenvolvimento do Brasil Rural.** Brasília: MDA, 2010, p. 214-231.
- CARVALHO, Andressa Veras de. Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa. **Aletheia**, v. 52, n. 2, p. 166-177, 2019.
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 1, p. 47-71, 2004.
- GODOI, E. P.; PIETRAFESA DE GODOI, E.; AGUIAR, V. V. P. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. **Cadernos Pagu**, v. 52, p. 1-35, 2018.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; MOREIRA, Ivaldo Sousa. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. **Redes**, v. 19, n. 1, p. 58 -73, 2014.

MOLYEUX, M. Mobilization without emancipation? Women's interest, the State, and revolution in Nicaragua. **Feminist Studies**, v.11, n.2, Summer, p. 227-254, 1985.

NEVES, Ângelo Maciel Baeta. **Estratégias de comercialização de produtos da agricultura desenvolvimento territorial na região do Mato Grande**. 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Valência: Universidade de Valência, 2015.

PENROD, J.; PRESTON, D.B., CAIN, R. & STARKS, M.T. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. **Journal of transcultural nursing**, v. 4, N. 2, p. 100-107, 2003.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 262, n. 200, 2000.

Recebido em: 10 de março de 2023.

Aprovado em: 25 de maio de 2023.